Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

OPEN ACCESS

doi.org/10.51891/rease.v12i11.31726

O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

THE CLOSURE OF RURAL SCHOOLS IN BRAZIL: A BRIEF ANALYSIS OF THE JUSTIFICATIONS PRESENTED IN ACADEMIC LITERATURE

EL CIERRE DE LAS ESCUELAS RURALES EN BRASIL: UN BREVE ANÁLISIS DE LAS JUSTIFICACIONES PRESENTADAS EN LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA

Patrícia Pereira Alves[1]
Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira[2]
Teonis Batista da Silva[3]
Rosangela Bezerra Fonseca[4]
Edlúcia da Silva Costa[5]
Maria Auxiliadora Tavares da Paixão[6]
Flávia Cartaxo Ramalho Vilar[7]

RESUMO: O fechamento de escolas do campo constitui um desafio para a garantia do direito à educação e para a permanência das populações camponesas em seus territórios. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo identificar e analisar as justificativas apresentadas pelo poder público para o fechamento dessas instituições, com base na produção acadêmica brasileira. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, realizada por meio de buscas no Google Acadêmico, utilizando a expressão "justificativas para fechar as escolas do campo". Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionadas dez publicações, entre artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e capítulo de livro. Os resultados apresentados nos estudos indicam a recorrência de justificativas relacionadas à redução dos gastos públicos, ao baixo número de matrículas, à nucleação escolar e à alegação de melhoria da qualidade do ensino em unidades maiores, geralmente localizadas em áreas urbanas. A análise também evidencia que o fechamento das escolas pode ampliar as distâncias percorridas pelos estudantes, intensificar a dependência do transporte escolar e enfraquecer os vínculos entre a escola e a comunidade. Conclui-se que as justificativas de natureza econômica e administrativa precisam ser examinadas em articulação com o direito à educação, as especificidades socioculturais dos territórios e a participação das

[1] Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Petrolina Zona Rural, Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial e Mestra em Ciências da Saúde e Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, Graduada em Pedagogia Universidade do Estado da Bahia.
[2] Professora Titular da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Doutora em Desenvolvimento sócio ambiental pela Universidade Federal do Pará, Mestra em Desenvolvimento Regional e Pedagoga.
[3] Professor da Universidade Federal do Piauí, Doutorando em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Piauí, Mestre em Agronomia, com ênfase em Horticultura Irrigada, pela Universidade do Estado da Bahia, especialista em Agronomia pela Faculdade FAVENI e engenheiro agrônomo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural.
[4] Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial e Mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade de Pernambuco.
[5] Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Petrolina Zona Rural, Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco.
[6] Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia.
[7] Professora titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural. Doutorado em Agronomia - Universidade Federal da Paraíba -Centro de Ciências Agrárias, Mestrado em Botânica pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Graduação em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba.

comunidades nas decisões que afetam suas escolas. Ressalta-se a importância de políticas públicas que assegurem condições adequadas de funcionamento e valorizem a função social das escolas do campo.

Palavras-chave: Educação do campo. Fechamento de escolas. Direito à educação. Políticas públicas. Comunidades rurais.

ABSTRACT: The closure of rural schools poses a challenge to guaranteeing the right to education and ensuring that rural populations can remain in their territories. In this context, this study aimed to identify and analyze the justifications presented by public authorities for closing these institutions, based on Brazilian academic literature. This is a bibliographic study with a qualitative approach, conducted through searches on Google Scholar using the expression "justifications for closing rural schools." After reading the titles and abstracts, ten publications were selected, including scientific articles, undergraduate theses, dissertations, doctoral theses, and a book chapter. The findings indicate recurring justifications related to reducing public expenditure, low student enrollment, school nucleation, and the alleged improvement in educational quality at larger schools, generally located in urban areas. The analysis also shows that school closures may increase the distances traveled by students, intensify dependence on school transportation, and weaken the ties between schools and their communities. It is concluded that economic and administrative justifications must be examined in conjunction with the right to education, the sociocultural specificities of these territories, and community participation in decisions affecting their schools. The importance of public policies that ensure adequate operating conditions and recognize the social role of rural schools is emphasized.

Keywords: Rural education. School closures. Right to education. Public policies. Rural communities.

RESUMEN: El cierre de las escuelas rurales constituye un desafío para garantizar el derecho a la educación y la permanencia de las poblaciones campesinas en sus territorios. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo identificar y analizar las justificaciones presentadas por los poderes públicos para el cierre de estas instituciones, a partir de la producción académica brasileña. Se trata de una investigación bibliográfica, con enfoque cualitativo, realizada mediante búsquedas en Google Académico utilizando la expresión "justificaciones para cerrar las escuelas rurales". Tras la lectura de los títulos y resúmenes, se seleccionaron diez publicaciones, entre artículos científicos, trabajos de fin de grado, disertaciones, tesis doctorales y un capítulo de libro. Los resultados indican la recurrencia de justificaciones relacionadas con la reducción del gasto público, el bajo número de matrículas, la nucleación escolar y la supuesta mejora de la calidad de la enseñanza en centros educativos de mayor tamaño, generalmente ubicados en zonas urbanas. El análisis también evidencia que el cierre de las escuelas puede aumentar las distancias recorridas por los estudiantes, intensificar la dependencia del transporte escolar y debilitar los vínculos entre la escuela y la comunidad. Se concluye que las justificaciones de carácter económico y administrativo deben examinarse en relación con el derecho a la educación, las particularidades socioculturales de los territorios y la participación de las comunidades en las decisiones que afectan a sus escuelas. Se destaca la importancia de las políticas públicas que garanticen condiciones adecuadas de funcionamiento y valoren la función social de las escuelas rurales.

Palabras clave: Educación rural. Cierre de escuelas. Derecho a la educación. Políticas públicas. Comunidades rurales.

1 INTRODUÇÃO

As escolas do campo, das águas e das florestas desempenham funções que ultrapassam a oferta de educação formal, constituindo espaços de sociabilidade, pertencimento, preservação da memória coletiva e valorização dos saberes locais (Santos, 2024). Sua presença nos territórios

está relacionada às condições de vida das comunidades e à possibilidade de reconhecer suas experiências, práticas culturais e formas de organização social no processo educativo.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo constitui uma construção política vinculada às lutas dos movimentos sociais e das populações camponesas pelo direito a uma educação contextualizada às suas realidades. Essa concepção pressupõe currículos e práticas pedagógicas articulados à vida, ao trabalho, à cultura e à história desses povos (Azulay et al., 2022). O princípio de uma educação *no e do campo* reforça essa perspectiva ao defender tanto a oferta da escola no território onde vivem os sujeitos quanto a construção de uma proposta educativa comprometida com suas especificidades sociais e culturais (Rocha et al., 2021).

Apesar dessa relevância, o fechamento de escolas do campo constitui um problema para a garantia do direito à educação e para a permanência das populações em seus territórios. A desativação dessas instituições não se restringe à reorganização da oferta educacional, pois pode afetar as relações comunitárias, o acesso à escolarização e a continuidade de práticas culturais e conhecimentos construídos historicamente. Nesse contexto, a discussão sobre o fechamento dessas escolas exige considerar não apenas os aspectos administrativos e financeiros envolvidos nas decisões do poder público, mas também suas implicações sociais, territoriais e educacionais.

A análise desse fenômeno demanda atenção às justificativas utilizadas para fundamentar o encerramento das atividades escolares, especialmente diante das tensões entre a racionalização dos recursos públicos e a garantia do direito à educação. Compreender os argumentos apresentados pelo poder público permite examinar os critérios mobilizados nessas decisões e identificar como as especificidades das populações camponesas são consideradas nos processos de reorganização da rede de ensino.

Diante desse cenário, a presente pesquisa foi orientada pela seguinte questão: quais justificativas são apresentadas pelo poder público para fundamentar o fechamento de escolas do campo? Para respondê-la, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com base na produção acadêmica brasileira sobre o tema. O estudo teve como objetivo identificar e sistematizar as justificativas e os argumentos atribuídos ao poder público nos trabalhos selecionados, buscando compreender os fundamentos que sustentam o fechamento dessas instituições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, as populações do campo têm enfrentado obstáculos à efetivação de políticas públicas, em parte devido a concepções de desenvolvimento que privilegiam os espaços urbanos em detrimento dos territórios rurais. Nessa perspectiva, o campo é frequentemente reduzido à produção de mercadorias, enquanto seus conhecimentos, modos de vida e formas de organização social são desvalorizados. No Brasil, a Educação do Campo se constitui em estreita relação com as lutas de homens e mulheres organizados em movimentos sociais pela democratização da terra, pela dignidade no meio rural, por uma educação de qualidade e por uma sociedade mais justa e igualitária (Anhaia; Hage, 2025).

Uma das principais expressões do movimento pela Educação do Campo é a defesa de políticas públicas que assegurem uma educação "**no**" e "**do**" campo. "No campo" refere-se ao direito de estudar no território em que se vive; "do campo", ao direito a uma educação vinculada à cultura, às condições sociais e às especificidades dos sujeitos desses territórios. Essa perspectiva reconhece os povos do campo como sujeitos de direitos e busca transformar condições históricas de desigualdade (Caldart, 2011). Em diálogo com essa concepção, Zientarski et al. (2025, p. 25) afirmam:

> A Escola do Campo [...] possui seu papel no desenvolvimento humano, quando considera os aspectos da vida, da família e da comunidade, dialoga com processos reais, com conflitos cotidianos e geracionais, buscando por meio deles atuar na formação humana, da criança, do/a adolescentes, do/a jovem, do/a adulto/a e do/a idoso/a, dos/as estudantes das comunidades tradicionais e camponesas (Zientarski et al., 2025, p. 25).

Os autores sinalizam que a escola do campo precisa ser um ambiente de encontro com os saberes e experiências, só assim, é possível enfrentar toda e qualquer manifestação de preconceito, racismo e outras formas de exploração humana. Neste texto, pretendemos situar a Educação do Campo como emancipatória, intrínseca à libertação, à autonomia, à independência, à superação da opressão e da dominação econômica, que no caso da população camponesa começa na transformação do homem em mercadoria na sociedade do capital, na alienação do trabalho pela propriedade privada e na expropriação da terra.

Torcemos por uma educação promovedora de conhecimento, que contribua para construção da consciência, para a organização coletiva e para a luta das classes oprimidas. Isso só será possível numa escola capaz de compreender as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais das comunidades camponesas e trabalhar no sentido de educar para a autonomia e emancipação da classe (Costa; Batista, 2021).

Mas, quem são os sujeitos esta educação? Caldart (2011, p. 153) nos dá um norte:

> São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos das florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, assalariados rurais e outros grupos mais. [...] há ainda a diferença de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e de viver; diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas; diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas.

Diante dessa constatação, o diálogo, do respeito e do reconhecimento. É no encontro com a diferença que o Brasil construiu e constrói e sua identidade cultural e deixa as lutas mais fortes, desafiadoras e bonitas. Sobre isso, abrimos o horizonte do debate sobre a condição de ser, estar e viver das crianças e jovens do campo, que por motivos lacunosos, têm o direito de estudar no campo negado.

A Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabeleceu que o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas deve ser precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino. Essa manifestação deve considerar a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, o diagnóstico do impacto da medida e a manifestação da comunidade escolar (Brasil, 2014). Entretanto, os estudos analisados apontam tensões entre essa exigência legal e as práticas adotadas em diferentes localidades.

Sabemos que o universo da Educação do Campo é plural por sua amplitude e diversidade, enxergamos também que " A educação do campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais [...]. " (p. 156), a negação da escola, imprime o modelo de educação imposta aos sujeitos do campo, a escola que já não existe, expressa a dominação e degradação das condições de vida, ou seja, a escola é "[...] espaço efetivo de fazer acontecer a educação do campo." (Caldart, 2011, p. 156).

Uma escola no campo representa um ponto de encontro da comunidade, da reza da missa, das palestras dos mais diversos profissionais, do futebol, da dança e do lazer da juventude. Desse modo, cabe questionar: o que será da comunidade sem a escola? À primeira vista, temos um sentimento de aridez, de perda de censo comunitário e assim vai se constituindo sem gente. Essas inquietudes nos fazem pensar sobre os significados do fechamento das escolas do campo.

O tempo excessivo nos alunos nos transportes inadequados, o número elevado de professores contratados temporariamente, sem formação adequada para lecionar no campo e os prédios abandonados são retratos do descaso da educação nas áreas rurais. Perante este cenário

desanimador, as consequências do fechamento das escolas do campo são pauta de muitos e diversos eventos no Brasil, envolvendo o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil, as Assembleias Legislativas e as Câmaras municipais, que têm recebido e denunciado os descumprimentos da legislação vigente, principalmente do tocante à Lei nº 12.960/2014, que estabelece análise nas comunidades a respeito das consequências do fechamento das escolas na vida dos educandos (Anhaia e Hage, 2025).

Anhaia e Hage (2025) trazem dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), que mostram a gravidade desta situação, ao apontar que entre 2000-2021 foram fechadas 104.385 escolas do campo no Brasil. A Bahia lidera o ranking com 16.762 escolas, Minas Gerais 10.162, Ceará com 9.243, São Paulo 1.995 e no Pará 6.809 foram fechadas.

Nesse contexto, uma demonstração expressiva de combate ao fechamento das escolas do campo, tem sido feita pela Campanha "Fechar escola é crime", lançada no dia 14 de outubro de 2011, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que objetiva defender a permanência das escolas nos territórios rurais, denunciando os impactos do fechamento das escolas nas comunidades camponesas, como: ter que entregar seus filhos ao transporte escolar precário, a perda do convívio familiar e da vivência da dinâmica do trabalho na família e no campo e privar crianças e jovens de estudar sem dialogar com sua realidade e sua cultura (Fórum Nacional de Educação do Campo, 2026).

Figura 1 – Cartaz da campanha "Fechar escola é crime"



Fonte: https://fonec.org/campanhas/

Outro movimento de defesa pela escola do campo, é a campanha encabeçada pela Articulação Paranaense por uma Educação do Campo (APEC), que orienta sobre a importância da escola do campo com documentos e procedimentos que denunciam o fechamento das escolas no Estado do Paraná.

A seguir apresentamos resumidamente, as dez razões para não fechar uma escola do campo, primeiro seria afirmar que os povos do campo têm direito de estudar no lugar onde vivem; têm direito à educação pública de qualidade; a educação precisa partir da realidade, valorizando a história e os diferentes jeitos de viver, produzir e trabalhar no campo; os pais podem acompanhar a vida escolar de seus filhos; ter escola perto de casa, evita a evasão e os riscos com os transportes precários e com as estradas ruins; a escola é um espaço de encontro entre as gerações; acompanhar as dificuldades de aprendizagens dos alunos, propicia o sucesso escolar; estudar nas cidades significa perder suas referências camponesas; a sala de aula numerosa dificulta a aprendizagem e o convívio social entre os alunos e por último, a legislação permite que a escola de campo possa se organizar da maneira mais viável, podendo agrupar por idade, em dias inteiros, alternados etc. (Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, 2026).

3 MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada em materiais já publicados, como livros, artigos, teses e dissertações (Severino, 2007), com abordagem qualitativa. Essa abordagem permite considerar as particularidades dos fenômenos e dos sujeitos, bem como a complexidade dos contextos investigados, exigindo flexibilidade e rigor na coleta, organização e interpretação dos dados (Goldenberg, 2001). A busca foi realizada no Google Acadêmico, utilizando-se a expressão “justificativas para fechar as escolas do campo”. Inicialmente, foram considerados os trabalhos cujos títulos indicavam relação direta com a questão de pesquisa.

Em seguida, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, selecionando-se os estudos que apresentavam informações pertinentes às justificativas para o fechamento de escolas do campo. O corpus final foi descrito como composto por dez publicações, entre trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, artigos e capítulo de livro. Para garantir a transparência metodológica, recomenda-se informar a data da busca, os critérios completos de inclusão e exclusão e o procedimento utilizado para classificar as justificativas identificadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos estudos examinados, a justificativa econômica, associada à redução dos gastos públicos, foi identificada como recorrente. Os argumentos atribuídos ao poder público relacionam a manutenção da infraestrutura, a contratação de professores, a oferta de merenda e a presença de profissionais de apoio a custos considerados elevados. Essa racionalidade tende a priorizar critérios administrativos e financeiros, o que pode entrar em conflito com a função social da escola e com a garantia do direito à educação.

Quadro 1 – Tipos de publicação, títulos, ano de publicação e autores.

TIPO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORES
Artigo	Fechamento de escolas do campo: o caso da Escola Estadual do Campo Canoas – Cruzeiro do Iguaçu – PR"	2017	Micheli Tassiana Schmitz e André Paulo Castanha
Dissertação	"O processo de fechamento das escolas no campo em Itapejara D'Oeste/PR: o caso da Escola Estadual de Lageado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes	2016	Ivania Piva Mazur
Artigo	"Fechamento de escolas do campo no território de identidade baiano do Médio Rio de Contas	2022	Sandra Mara do Carmo Silva e Arlete Ramos dos Santos
Capítulo de livro	"A educação no/do campo em Itapirapuã e Faina: o fechamento das escolas no campo"	2023	Edson Batista da Silva e Isaias Rodrigues da Silva.
Tese	O fechamento de escolas no campo do Amazonas: subtração do direito à política de Educação em Alvarães e Uarini	2022	Iraci Carvalho Uchôa
Artigo	"NENHUMA ESCOLA A MENOS: reflexões sobre o fechamento escolas do campo no território de identidade Costa do Descobrimento- BA"	2024	Geovani de Jesus Silva, Arlete Ramos dos Santos e Jaqueline Braga Morais Cajaíba.
TCC	"O fechamento de escolas do campo no município de Sumé – PB: o caso das comunidades Pitombeira e Assentamento Mandacaru"	2021	Jéssica Rafaelly Monteiro de Oliveira
TCC	"Fechamento das escolas do campo: um estudo em São Lourenço I, Apodi-RN	2025	Jaiane da Silva Oliveira
Dissertação	O direito à educação das comunidades campesinas em contexto de fechamento de escolas públicas: uma análise a partir de Solânea - PB.	2021	José Euriques de Vasconcelos Neto

TIPO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORES
TCC	"Um estudo sobre os impactos causados pelo fechamento das escolas no campo localizadas no município de Combinado/TO: contextualizando a educação do campo no Brasil em seus aspectos históricos, legais e conceituais"	2017	Eva Santana Malheiro

Fonte: próprio estudo, 2026.

Quadro 2 – Frequência e tipo de justificativa apresentada nos estudos

Publicações	Redução de gastos	Redução de matrículas	Nucleação das escolas	Suposta melhoria do ensino	Transporte escolar	Suposta eficiência da gestão pública	Centralização Urbana	Fortalecimento do Agronegócio/monocultura / falta de professores qualificados
Fechamento de escolas do campo: o caso da Escola Estadual do Campo Canoas – Cruzeiro do Iguaçu – PR"	X	X	X	X				
"O processo de fechamento das escolas no campo em Itapejara D'Oeste/PR: o caso da Escola Estadual de Lageado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes	X	X	X	X				
"Fechamento de escolas do campo no território de identidade baiano do Médio Rio de Contas	X	X		X	X			
"A educação no/do campo em Itapirapuã e Faina: o fechamento das escolas no campo"	X			X		X	X	
"NENHUMA ESCOLA A MENOS: reflexões sobre o fechamento escolas do campo no território de identidade Costa do Descobrimento-BA"	X	X	X					X
"O fechamento de escolas do campo no município de Sumé – PB: o caso das comunidades Pitombeira e Assentamento Mandacaru"	X	X						
"Fechamento das escolas do campo: um estudo em São Lourenço I, Apodi-RN	X	X	X					
O direito à educação das comunidades campesinas em contexto de fechamento de escolas públicas: uma análise a partir de Solânea - PB.	X	X	X					X

Publicações	Redução de gastos	Redução de matrículas	Nucleação das escolas	Suposta melhoria do ensino	Transporte escolar	Suposta eficiência da gestão pública	Centralização Urbana	Fortalecimento do Agronegócio/monocultura / falta de professores qualificados
Um estudo sobre os impactos causados pelo fechamento das escolas no campo localizadas no município de Combinado/TO: contextualizando a educação do campo no Brasil em seus aspectos históricos, legais e conceituais"	X	X	X					

Fonte: próprio estudo, 2026.

Na pesquisa de Santos Filho (2002) que objetivou investigar o processo e as causas do fechamento das escolas multisseriadas do campo no Vale do Jamari, em Rondônia, o argumento do poder público foi a inviabilidade financeira, aqui o autor pontua algumas consequências do fechamento: os alunos das escolas multisseriadas devem suportar longas horas para chegar até à escola-polo, as famílias arrendam ou vendem seus lotes aos sojicultores e se mudam para a cidade. E destaca, também que o uso de agrotóxico na produção de soja, inviabiliza a permanência dos alunos na escola.

Para Anhaia e Hage (2025), o fechamento das escolas do campo revela a ingerência governamental em garantir o funcionamento destas escolas, e consequentemente, assegurar o direito à educação dos povos próxima à suas casas e famílias. Para endossar a temática, os autores trazem a fala da Procuradora Federal Deborah Duprat numa Audiência Pública, em setembro de 2019, no Pará, afirmando que fechar uma escola do campo está mais associado com a escolha dos gestores em desrespeitar a legislação, do que a preocupação com o orçamento público.

Outro argumento recorrente foi o baixo número de matrículas, apontado como fator determinante para o fechamento das escolas em nove dos dez trabalhos analisados. Em alguns casos, esse argumento também se associa à desativação de turmas multisseriadas, frequentemente consideradas, pelo poder público, pouco viáveis do ponto de vista econômico ou pedagógico. Essa interpretação suscita uma reflexão sobre a ausência ou insuficiência de políticas públicas que contribuam para a permanência das famílias no campo, incluindo serviços de saúde, lazer, assistência técnica, apoio à produção, transporte e manutenção das estradas.

Rocha (2022) mostra no seu estudo que as escolas foram fechadas, porque tinham número reduzido de alunos, sendo mais viável economicamente para o município, incrementar o transporte escolar, conduzindo os alunos do meio rural para estudar nas escolas urbanas e implantar escolas nucleadas. No mesmo sentido, Ilva (2017) ao relatar as consequências do fechamento das escolas no seu estudo, pontua que, diante de destinos incertos, houve a transferência de diversas famílias para os centros urbanos, a fim de garantir a continuidade dos anos escolares.

A terceira justificativa mais vista nas publicações, seis das dez, foi a necessidade de nucleação das escolas do campo. Trata-se de uma decisão que defende a otimização pedagógica, administrativa e o deslocamento de profissionais da educação, centralizando escolas menores num só centro/espaço localizado na sede dos municípios, nos distritos ou nos povoados. Neste modelo de organização escolar, o transporte escolar é o único meio de acesso à educação formal no campo, o que causa a desterritorialização e não pertencimento das populações camponesas. Neste caminho, Marrafon (2017) em sua dissertação que objetivou analisar o processo de nucleamento e fechamento das escolas rurais na região de São João da Boa Vista, utilizando-se como municípios-base: Casa Branca, Divinolândia e São José do Rio Pardo, constatou que 390 escolas rurais (1970 a 2014) foram fechadas, sob a restruturação produtiva agrícola e o nucleamento, atitudes sustentadas no capital e distantes das necessidades dos trabalhadores do campo.

Outro argumento para o fechamento das escolas no campo, presente em cinco das dez pesquisas, encontra-se na aparente promessa de melhoria da qualidade da educação, através do ensino oferecido nos centros urbanos, por supostamente ter melhores infraestruturas, recursos pedagógicos, elementos esses, que a escola do campo não poderia oferecer. Esse discurso exposto aos pais e a comunidade para convencê-los para esta mudança, está sustentado na precarização da educação oferecida no campo, ora vista na precária infraestrutura, ora na ausência de uma proposta curricular que dialogue com as peculiaridades dos territórios camponeses.

Em diálogo com esse resultado, no cenário do agronegócio, do cultivo da soja e da concentração das áreas de monocultura, Rinaldi (2022) buscou analisar os problemas que a política de fechamento das escolas do campo traz aos indivíduos que habitam na área rural no município de Limeira, São Paulo, evidenciando que para desativar as escolas, a Secretaria Municipal de Educação da época se muniu dos seguintes argumentos: redução de custos, afirmou a qualidade do ensino era baixa, a existência das escolas multisseriadas, as dificuldades

de acompanhamento do ensino pelas equipes pedagógicas, em virtude da distância, além do baixo número de alunos, não ultrapassando a média de 14 por sala. Já na pesquisa de Andrade e Rodrigues (2020) que teve como objetivo apresentar a realidade de três escolas do campo localizadas no Noroeste Fluminense, no Rio de Janeiro, a precarização da infraestrutura das escolas e o viés economicista foram as causas do fechamento das escolas, tendo como consequência o movimento do êxodo rural.

Outras justificativas também aparecem merecedoras de reflexão, como: o uso de transporte escolar, suposta eficiência da gestão pública, centralização urbana, fortalecimento do agronegócio e falta de professores qualificados para lecionar no campo. Tais argumentos expressam o atendimento às demandas da monocultura em detrimento da agricultura familiar, do capitalismo desumano em prejuízo da economia solidária. Neste trilhar, a centralidade da Educação do Campo envolve a realidade com suas lutas de classe, suas formas de trabalho, as contradições da propriedade da terra e sua função social e econômica, o papel da agricultura familiar, as consequências do agronegócio e as relações do homem com a natureza são formas de resistência do campo (Zientarski et al., 2025, p. 25).

Neste debate, Pereira e Souza (2018) visaram problematizar a política de fechamento de escolas localizadas no campo na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Estado do Paraná, tecem as seguintes ponderações em relação aos aspectos que impulsionam o fechamento das escolas: o avanço do capitalismo agrário, o impulso à política de transporte escolar, a orientação de uso dos recursos de financiamento da educação e a prática de nucleação de escolas. As autoras ainda acrescentam que em alguns casos a comunidade escolar é apenas informada da decisão de cessação, reduzindo a participação da comunidade em apenas ouvir o parecer do fechamento, assinando a ata e recebendo a orientação para matricular seus filhos em outra escola.

De acordo com Rinaldi (2022) a política de descentralização dos recursos da educação e a transferência para os Estados e Municípios, contribuíram para o fechamento das escolas do campo, decisões asseguradas pelos artigos nº 12 e 15, da LDB de 1996. Esta realidade, dá vigor às decisões a respeito das questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Ainda acrescenta que, estudos mostram possíveis motivadores para a tomada desta decisão: o valor per capita definido pelo FUNDEB, o financiamento do transporte escolar e o avanço do agronegócio no campo.

Vimos que as justificativas se repetem: precarização das escolas, a inviabilidade das turmas multisseriadas, a implantação do transporte escolar, o fator financeiro para os

municípios, o baixo rendimento escolar dos alunos, o número reduzido de alunos por sala e o processo de nucleação. Alguns questionamentos são imperativos neste quadro, por que as escolas chegaram a esta situação de abandono? Por que é tão caro manter uma escola e um professor para 14 alunos? Que proposta pedagógica dispõe a sala multisseriada? Que atenção têm os alunos com dificuldade de aprendizagem? As respostas não são simples, têm raízes históricas de esquecimento e descaso. O retrato desta realidade é reveladora do modo de ver o ser humano como cifra a serviço da classe dominante, em detrimento de quem sempre lutou muito para viver com dignidade.

A cada escola fechada, referências são apagadas, o poder público não tem mais presença, as crianças sofreram com a adaptação ao ambiente urbano, a família perde o vínculo com a professora e com as questões escolares e deixa de participar de seu cotidiano. O fechamento de escolas do campo também causa na população, consequências psicológicas traduzidas na preocupação com a distância, os riscos e a segurança dos filhos durante o percurso entre a escola e sua casa.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que o fechamento das escolas do campo é justificado, principalmente, pela redução de custos, pelo baixo número de matrículas e pela nucleação escolar. Essas decisões, embora fundamentadas em argumentos administrativos e econômicos, desconsideram as especificidades das comunidades campesinas e comprometem o acesso à educação, os vínculos comunitários e o pertencimento territorial. Portanto, é fundamental fortalecer as políticas públicas de Educação do Campo, garantindo a participação das comunidades e o direito a uma educação pública de qualidade, contextualizada e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. M. R. de e RODRIGUES, M. P. M. Escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento. Educação em Revista [online] 2020, v. 36, p. 234776.

AZULAY, M. S., & XIMENES-ROCHA, S. H. (2022). Está nas mãos de quem fechar escolas do campo, das águas e da floresta? Um olhar para a realidade da Amazônia Aveirense. Revista Brasileira de Educação do Campo. https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e13161

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma educação do campo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COSTA, L. M. da.; BATISTA, M. do S. X. . O Currículo na perspectiva da Educação do Campo: contraponto às políticas curriculares hegemônicas. Revista Espaço do Currículo, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 1–15, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.58081.

GOLDEMBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 5. ed. Rio De Janeiro: Record, 2001.

ILVA, Adriana Maria da Fechamento das escolas rurais e consolidação do transporte escolar dos assentados de São Domingos dos Olhos D'água: Morrinhos e Goiatuba (Goiás). 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sociedade) - Câmpus Sul - Sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos,GO.

SCHMITZ, Micheli Tassiana; CASTANHA, André Paulo. Fechamento de escolas do campo: o caso da Escola Estadual do Campo Canoas – Cruzeiro do Iguaçu – PR. Imagens da Educação, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 66–78, 2017. DOI: 10.4025/imagenseduc.v7i3.36440.

MAZUR, Ivania Piva. O processo de fechamento das escolas no campo em Itapejara D'Oeste/PR: o caso da Escola Estadual de Lageado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016.

SILVA, Sandra Mara do Carmo; SANTOS, Arlete Ramos dos. Fechamento de escolas do campo no território de identidade baiano do Médio Rio de Contas. Revista Educação em Páginas, Salvador, v. 1, p. e11226, 2022. DOI: 10.22481/rec.v1.11226.

SILVA, Edson Batista da; SILVA, Isaias Rodrigues da. A educação no/do campo em Itapirapuã e Faina: o fechamento das escolas no campo. In: SOUZA, Francilane Eulália de (org.). Territórios em disputa no fechamento de escolas no campo do estado de Goiás. Guarujá: Editora Científica Digital, 2023. cap. 4, p. 80-95. DOI: 10.37885/230111762.

UCHÔA, Iraci Carvalho. O fechamento de escolas no campo do Amazonas: subtração do direito à política de Educação em Alvarães e Uarini. 2022. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SILVA, Geovani de Jesus; SANTOS, Arlete Ramos dos; CAJAIBA, Jaqueline Braga Morais. Nenhuma escola a menos: reflexões sobre o fechamento escolas do campo no Território de Identidade Costa do Descobrimento-BA. Revista Plurais, Anápolis, v. 14, p. 426-443, 2024.

OLIVEIRA, Jéssica Rafaelly Monteiro de. O fechamento de escolas do campo no município de Sumé – PB: o caso das comunidades Pitombeira e Assentamento Mandacaru. 2021. 34f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2021.

OLIVEIRA, Jaiane da Silva. Fechamento das escolas do campo: um estudo em São Lourenço I, Apodi-RN. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, 2025.

VASCONCELOS NETO, José Euriques de. O direito à educação das comunidades campesinas em contexto de fechamento de escolas públicas: uma análise a partir de Solânea - PB. 2021. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

MALHEIRO, Eva Santana. Um estudo sobre os impactos causados pelo fechamento das escolas no campo localizadas no município de Combinado/TO: contextualizando a educação do campo no Brasil em seus aspectos históricos, legais e conceituais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2017.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC). Sobre. Disponível em: https://fonec.org/sobre/. Acesso em: 9 out. 2026.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC). Campanhas. Disponível em: https://fonec.org/campanhas/. Acesso em: 9 out. 2026.

ARTICULAÇÃO PARANAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Campanha dez razões para não fechar escolas do campo. In: EDUCANP - Educação do Campo no Norte Pioneiro. Jacarezinho, [ano]. Disponível em: <weebly.com>. Acesso em: 9 out. 2026.

ANHAIA, Edson Marcos de; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Do movimento da educação do campo: algumas tessituras históricas. In: BICALHO, Ramofly; HAMMEL, Ana Cristina. (Orgs.). Movimento da Eucação do Campo e as Escolas do Campo. Belém: MC&G, 2025. p. 15 - 46. (Coleção Escola da Terra).

ZIENTARSKI, C. et al. As Pedagogias Freiriana, Socialista Soviética, do movimento e a histórico-crítica: contribuições para a educação do Campo. In: ZIENTARSKI, C.; GEHRKE, M. (Orgs.) Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: caderno 3. Belém: MC&G, 2025.

MARRAFON, A. M. A. de. O processo de nucleamento e fechamento das escolas rurais na região de São João da Boa Vista (SP). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7536. Acesso em: 12 jun. 2023.

PEREIRA, C. C.; SOUZA, M. A. de. A Política de Fechamento de Escolas no Campo na Região Metropolitana de Curitiba/PR. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 13, n. 26, 2018. DOI: 10.22481/praxis.v13i26.2825.

RINALDI, F. C. O fechamento de escolas rurais do município de Limeira/SP: a negação do direito à educação aos trabalhadores do campo. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17209. Acesso em: 06 jul. 2023.

ROCHA, C. A. Análise do financiamento da educação em Bela Vista de Goiás e sua relação com o fechamento das escolas rurais. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Escola de Formação de Professores e Humanidades. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2022.

Rocha Cruz, Y. L., Cover, M., & Da Silva, C. (2021). Morar no campo e estudar na cidade: a realidade de crianças e jovens de uma comunidade do Norte do Tocantins, Brasil. Revista Brasileira de Educação do Campo, 1-28. https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e11260

SANTOS FILHO, R. J. dos. Fechamento de escolas rurais do Vale do Jamari no contexto do avanço do agronegócio em Rondônia. 2022. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, São Paulo, 2022.

SANTOS, C. B. R. D. (2024). Panorama da educação no campo no Centro-Oeste brasileiro:. *Geografia em Questão*. https://doi.org/10.48075/geoq.v17i03.32854

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.